

A PRODUÇÃO DA VIDA NO CONTEXTO DO CAMPO BRASILEIRO: FUNDAMENTO PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Autora: Thelmely Torres Rego – UFSC

thelmelytorres@gmail.com

Co-autora: Célia Regina Vendramini – UFSC

celiavendram@gmail.com

CAPES

Eixo 1. Contradições e perspectivas da globalização na educação dos trabalhadores

Resumo: Este artigo busca compreender as contradições presentes no campo, especificamente em relação ao trabalho. Abordamos a problemática da viabilidade da pequena produção rural, a relação entre campo e cidade e o agronegócio no campo brasileiro. Partindo do pressuposto de que há uma intrínseca relação entre o trabalho e a educação, essas abordagens objetivam fundamentar uma concepção educacional e analisar práticas escolares e de formação em termos mais amplos presentes no campo na atualidade.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Assentamentos rurais. Relação campo e cidade. Agronegócio.

Introdução

O presente artigo aborda algumas questões que se referem ao contexto do campo na atualidade: a impossibilidade do pequeno produtor produzir sua vida exclusivamente da produção agrícola, a relação entre campo e cidade, num momento em que as fronteiras entre estes são pouco visíveis e como o agronegócio, expressão capitalista, se configura no campo. A interpretação sobre as transformações no campo que vem se estendendo desde o início do século XX tem gerado polêmicas e formas diversas de análise deste fenômeno social, abordadas no texto. Análises estas que se desdobram em diferentes propostas para a superação dos graves e crônicos problemas que afetam a vida dos sujeitos que vivem e trabalham no campo, no contexto de hegemonia do modelo do agronegócio.

Nosso foco está colocado sobre o trabalho, uma vez que constatamos que a pequena produção agrícola não têm sido suficiente para garantir a existência dos trabalhadores, que conciliam o trabalho agrícola com a venda de sua força de trabalho, no campo ou na cidade, a fim de complementar ou, de fato, gerar alguma renda. Partimos do pressuposto de que há uma intrínseca relação entre o trabalho e a educação. Nesse sentido, há necessidade de compreensão das contradições presentes na vida e no trabalho no campo, a fim de fundamentar uma concepção educacional e analisar práticas escolares e de formação em termos mais amplos presentes no campo na atualidade.

O debate sobre a viabilidade da pequena produção rural

Conforme Veiga (2001) e Abramovay (2000), a propriedade da agricultura familiar persiste no campo brasileiro, a despeito da diminuição da agricultura familiar e do emprego agrícola no Brasil, uma vez que os pequenos produtores encontram alternativas de trabalho e renda complementares, combinando diversas formas de ocupação, assalariadas ou não, com o trabalho no campo: “... a renda dessas famílias não depende apenas da produção de seus pequenos sítios. Sempre buscaram trabalho fora. Sempre exerceram outras atividades que, em grande parte, não pertencem ao setor agropecuário” (VEIGA, 2001, p. 19). Esses autores contradizem a perspectiva de que a agricultura familiar tende a desaparecer, reconhecendo, contudo, que sua permanência se dá pelo fato de agregarem outra renda àquela proveniente da agricultura em suas propriedades.

As políticas sociais e a Previdência Social correspondem a outras fontes de renda para a manutenção das famílias no campo. Graziano da Silva e Grossi, analisando a situação da agricultura familiar em 1998, já afirmavam que sem a Previdência Social pública “os agricultores familiares seriam seguramente o grupo de famílias mais pobre do meio rural brasileiro” (p. 7). O Censo Agropecuário 2006 confirma a complementação da renda tanto pelo trabalho fora da propriedade, como por meio da aposentadoria ou programas sociais, contribuindo para a permanência dos sujeitos no campo.

Muitos agricultores, contudo, não poderiam se enquadrar na pluriatividade, uma vez que esta não comporta os bicos, os extras, os trabalhos mais precarizados, nos quais muitos desses pequenos agricultores estão ocupados, pois, segundo Graziano da Silva e Grossi, a pluriatividade diz respeito “à múltipla inserção dos membros de uma mesma família no mercado de trabalho” (p. 6). Poderíamos, a partir dessa diferenciação, avaliar que há um grupo mais estável dentre os agricultores familiares que pode produzir sua vida combinando o trabalho agrícola em sua propriedade com outro trabalho fora da propriedade rural.

Ariovaldo de Oliveira (2007) faz uma distinção entre agricultores familiares e camponeses. Estes últimos compreendem os com terra, os parceiros, os rendeiros e os posseiros e são fruto das contradições do campo durante o século XX, possibilitando a constituição da classe camponesa. Segundo o autor, o conceito agricultura familiar no Brasil, referindo-se àquela de pequeno porte, foi forjado como uma estratégia do capital, diferenciando a produção de alimentos dos camponeses, opositores dos latifundiários, da produção de mercadorias do capital. Assim, a agricultura familiar estaria voltada, “parcial ou totalmente, para os mercados mundiais e/ou nacional, e integrada às cadeias produtivas das

empresas de processamento e/ou de exportação” (p. 147). Para o autor, o conceito agricultura familiar foi incorporado pelos movimentos sindicais e sociais do Brasil. Germer (2002) identifica essa perspectiva de agricultura familiar como originária dos Estados Unidos, após a independência desse país, sob a qual o produtor familiar correspondia a um “pequeno capitalista” (p. 47) em ascensão, e cuja produção na atualidade é claramente identificada como capitalista. Trata-se, portanto, de uma perspectiva oposta ao conceito chayanoviano em que a produção familiar poderia resistir ao domínio do capital. Para Germer, há ainda uma noção popular, sem expressão teórica, sobre o conceito de agricultura familiar, identificada no Brasil, sobretudo no movimento sindical, de que “os atuais pequenos agricultores tradicionais poderiam ser preservados no interior do capitalismo, desde que apoiados por uma política agrícola adequada” (p. 48). Assim, para esse autor, a versão brasileira acolhe os dois enfoques, pois “associa os pequenos agricultores brasileiros à imagem *chayanoviana* do produtor familiar tradicional – com o qual eles se parecem no exterior – e a ela sobrepõe a imagem do moderno *farmer* norte-americano – que eles sonham ser” (p. 48).

Ariovaldo de Oliveira (1994), apesar da distinção que faz, reconhece que há um campesinato, enquanto produtor agropecuário que, embora se coloque na posição de resistência ao avanço do capital no campo brasileiro e que recusa a proletarização, também está integrado às cadeias produtivas do agronegócio e cuja proletarização é considerável, principalmente dos jovens, o que só vem a confirmar a dificuldade de sobrevivência enquanto pequeno agricultor. A tese defendida por esse autor é que a permanência do trabalho familiar camponês no campo brasileiro se dá porque possibilita a produção de capital tanto em função de relações não-capitalistas de produção, como, por exemplo, a parceria e o trabalho familiar camponês, como também porque lança mão das relações de trabalho assalariado, como os bôias-frias.

Germer (1994; 2007), embora reconheça uma heterogeneidade de situações no campo brasileiro e a expresse como um conjunto de classes intermediárias, afirma que há uma estrutura de classes tipicamente capitalista na agricultura brasileira: a burguesia agrária e o proletariado, e que o trabalho assalariado no campo avança. Dessa forma, mesmo os que se encontram numa condição intermediária, pequenos ou médios agricultores, permanecem em situação difícil, pois têm menos capital, tecnologias muitas vezes ultrapassadas, sem reservas de terras não utilizadas, comum aos grandes produtores, e fadados a um processo de inviabilização econômica, podendo permanecer na propriedade rural, mas não necessariamente como produtores rurais. Esse autor não enfoca a diferenciação entre agricultor familiar e camponês, nem mesmo sob a perspectiva de quem está numa relação de

trabalho tipicamente capitalista ou não. Para ele, todos estão submetidos ao capital - quer sejam assalariados, como os bóias-frias ou os volantes, pequenos agricultores, proprietários, parceiros, arrendatários ou posseiros, cuja exploração própria da propriedade não visa o lucro, que complementa a renda proveniente da produção agrícola com trabalho assalariado, tampouco se faz parte do sistema integrado das indústrias - e deverão “prosseguir na sua rota de empobrecimento e proletarização” (GERMER, 1994, p. 266). Veiga (2001; 2003) e Abramovay (2000), pautando-se em experiências de países europeus e dos Estados Unidos, opõem-se a essa idéia de que a agricultura familiar tende a desaparecer. Para eles, o capitalismo não necessariamente elimina o pequeno produtor.

Remetendo ao desenvolvimento capitalista na Europa, especificamente na Inglaterra, a expropriação do pequeno produtor rural propiciou a acumulação primitiva do capital, entre outras formas de acumulação que também levaram aos “deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídos de direitos” (MARX, 1996, p. 831). Mas, de fato, como afirma Marx (1996), esse processo de expropriação do camponês não foi igual nem simultâneo em todos os países da Europa. Na França, a “comunidade aldeã deu lugar à propriedade camponesa familiar”, e o camponês se transformou num “proprietário individual” (ARIOVALDO de OLIVEIRA, 2007, p. 19). Embora não tenha sido expropriado da terra, foi destituído dos outros meios de produção, não podendo subsistir sem depender do capital. A posse da terra já não era mais suficiente para permitir-lhe produzir sua vida.

Kautsky (1998) permite traçar um paralelo entre a vida do camponês antes e depois do desenvolvimento capitalista e, sobretudo, da revolução industrial. Antes:

A família camponesa medieval constituía uma cooperativa completamente ou quase totalmente auto-suficiente que não só produzia seus próprios produtos de consumo pessoal; construía também a própria casa; fabricava os próprios móveis e utensílios domésticos, inclusive a maioria das ferramentas toscas de que necessitava; curtia o couro, preparava o linho e a lã, fazia as próprias roupas. De fato, o camponês ia ao mercado, mas lá vendia tão somente os excedentes de sua produção, comprando o indispensável, com exceção do ferro do qual só utilizava o mínimo necessário. Deixando de visitar o mercado, ele talvez compromettesse sua comodidade. Desse mercado poderia depender o luxo, jamais a própria existência (KAUTSKY, 1998, p. 37).

Após o desenvolvimento da indústria e do comércio, o camponês já não podia mais gerar a própria existência sem se relacionar com o mercado:

Geraram a demanda de novos produtos na cidade, demanda que a indústria agrícola era incapaz de satisfazer; esses produtos, a exemplo das ferramentas novas e mais perfeitas, também começaram a invadir o campo em ritmo crescente, na medida em que crescia o intercâmbio entre a cidade e o campo. As túnicas e as peles de animais

foram substituídas por roupas de pano, os sapatos de palha pelas botas de couro e assim por diante [...] Enfim, a superioridade da indústria urbana tornou-se tão grande que acabou por transformar os produtos da indústria agrícola em artigos de luxo, em artigos que o econômico camponês não podia dar-se ao luxo de utilizar e cuja produção acabou por abandonar (KAUTSKY, 1998, p. 39).

Ao considerar a agricultura dos países desenvolvidos capitalistas, em especial a dos Estados Unidos, assim como Veiga (2001) e Abramovay (2000), Germer (2007) contrapõe-se à perspectiva desses autores em relação ao fim da agricultura familiar. Constatando que nesses países de capitalismo desenvolvido a força de trabalho ocupada na agricultura está abaixo dos 5% e nos EUA reduz-se para cerca de 2%. Na produção capitalista, para a manutenção das taxas de lucratividade, a concorrência é inevitável, e aquele que se desenvolver menos do ponto de vista técnico, tende a desaparecer, como acontece com os pequenos agricultores familiares, destruídos pelos grandes produtores. Nesse caso, segundo o autor, ser “mais familiar” (GERMER, 2002, p. 59) torna-se uma desvantagem e, por isso, “em todos estes países têm avançado velozmente os processos de centralização da produção e do capital e de concentração da terra, paralelamente à expulsão dos pequenos agricultores e à redução do número de trabalhadores ocupados” (idem, p. 58).

Germer (2002) aponta dois aspectos importantes em sua análise. Primeiro, uma das razões para a permanência do grupo dos agricultores mais familiares justifica-se por estarem numa “rede de relações sociais globais, na qual as unidades agrícolas estão imersas” (p. 52), e que por isso mesmo não podem perpetuar-se prescindindo dessa rede de relações. O segundo aspecto é que a permanência dessa agricultura mais familiar deve-se a um “bloco de interesses politicamente expressivo” (p. 53), o que explica sua existência nos Estados Unidos. Veiga (2001) e Abramovay (2000) pautam-se na experiência da agricultura familiar das regiões rurais nos Estados Unidos, com apoio do Estado, exemplificando como a agricultura familiar no Brasil poderia desenvolver-se mediante políticas públicas. Graziano da Silva (2002), embora mantenha sua análise considerando o desenvolvimento capitalista no campo e suas transformações, também vislumbra, por meio de políticas públicas, o desenvolvimento do novo rural. Contudo, para Germer (2007), as lutas por políticas agrícolas não passam de políticas compensatórias, uma vez que o Estado capitalista atuará na perspectiva do capital. Referindo-se ao Brasil e ao agronegócio, afirma: “a riqueza social rural concentra-se na complexa e diversificada estrutura do agronegócio, e esta concentração foi e continua sendo amplamente fomentada por recursos públicos canalizados pelas políticas do Estado brasileiro” (p. 53).

No Brasil, o projeto de desenvolvimento capitalista alcançou a agricultura brasileira, na perspectiva de modernizá-la, nos anos de 1960 e 1970, o que não significa que agricultura e indústria já não estivessem integradas desde os anos de 1930 quando a industrialização tornou-se o setor principal da economia brasileira. Conforme Francisco de Oliveira (2003), a economia industrial não rompeu com a economia agro-exportadora que, embora tenha deixado de ser central, desempenhou papel fundamental para o desenvolvimento do capitalismo no campo. Ainda segundo o autor, diferente da expansão do capitalismo nos países mais desenvolvidos, o Brasil teve suas especificidades e não seguiu o modelo clássico, tendo o capitalismo se expandido aqui sem mudar as “relações básicas do sistema do ponto de vista de proprietários e não-proprietários dos meios de produção” (p. 61). Por isso, o autor afirma que o capitalismo se expandiu no Brasil “introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo” (2003, p. 60).

Nesse sentido, é possível corrigir a ênfase que usualmente se dá à relação entre agricultura e indústria reportada aos anos de 1960/1970 com a chamada Revolução Verde e a modernização da agricultura, que não passou de um processo de *modernização conservadora* (GRAZIANO da SILVA, 1982), um “pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador” que ocorreria em paralelo “ao aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo”, abrigando “as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial”, garantindo-lhes “inúmeras linhas de apoio e defesa na nova estrutura de defesa fiscal e financeira do setor rural” (DELGADO, 2005, p. 61). Foi sob essa perspectiva que se desencadeou a Revolução Verde, estimulando a adoção de pacotes tecnológicos mediante o desenvolvimento de um sistema de créditos, caracterizando-se:

Por um lado pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos etc.) e de máquinas industriais (tratores, colhedeiras, implementos, equipamentos de irrigação etc.). De outro lado, ocorre uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais (oleaginosos, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil, bebidas etc.). Estes blocos de capital irão constituir mais adiante a chamada estratégia do agronegócio, que vem crescentemente dominando a política agrícola do Estado (DELGADO, 2005, p. 58).

O debate sobre a relação entre campo e cidade

Segundo Endlich (2006), o debate sobre a relação entre campo e cidade retornou à pauta da academia em função das novas atividades que passaram a ser desenvolvidas no campo, como “incorporação de novos produtos agropecuários, industriais, prestação de serviços e

atividades de entretenimento”, e também em função da “reestruturação produtiva capitalista” e dos “avanços técnicos” que reconfiguram o meio rural (p. 12).

Graziano da Silva (2002), na perspectiva de um *continuum*¹ entre rural e urbano, comprehende que o processo de integração entre indústria e agropecuária que se deu no campo e na cidade estendeu o mundo urbano sobre o rural nas décadas de 1980 e 1990. Abramovay (2000) e Veiga (2001; 2003) opõem-se à idéia de urbanização do rural e afirmam que é necessário reconhecer que o rural é maior do que aquilo que se considera. Esse reconhecimento dependeria de uma mudança na tipologia utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para classificar a população rural e urbana, o que mostraria que o rural não tende a se esvaziar nem a se urbanizar, contribuindo para a formulação de políticas públicas favoráveis ao desenvolvimento dessas áreas. Esses autores fundamentam-se nas experiências de desenvolvimento rural de países europeus e dos Estados Unidos, em que o desenvolvimento do rural não depende apenas do desempenho da agricultura, que passa a ser tão somente uma parte da estratégia de desenvolvimento, possível a partir da diversificação das economias locais ou regionais, por meio do desenvolvimento da indústria e dos serviços. Para Marques (2002), esse debate sobre a relação entre campo e cidade na atualidade mantém-se dual, uma vez que considera o rural e o urbano como “pontos extremos numa escala de graduação” (p. 100-101), mesmo aquele que se dá na perspectiva de um *continuum*.

Contudo, é no seio desse debate dual que emerge a categoria trabalho, a qual propicia a compreensão da relação que se estabelece entre campo e cidade, relação esta intrínseca ao debate sobre a viabilidade da pequena produção. O desenvolvimento das forças produtivas no campo sob o domínio do capitalismo resulta em transformações que afetam a possibilidade dos pequenos agricultores produzirem sua existência enquanto produtores agrícolas. O pequeno agricultor não consegue viver apenas da agricultura e busca complementar sua renda, seja no campo ou na cidade. Em busca de trabalho migram de um lugar para outro, ou desenvolvem mais de uma atividade, transitando cotidianamente entre campo e cidade. Os

¹ A abordagem do *continuum*, segundo Marques, refere-se a uma tendência maior de integração entre cidade e campo, na perspectiva de influenciar o campo atrasado (2002, p. 100). De acordo com Wanderley, entretanto, o conceito *continuum* rural-urbano, que expressa relações entre dois pólos que se inter-relacionam, é utilizado em duas vertentes principais. Uma delas é essa que privilegia o polo urbano “como a fonte do progresso e dos valores dominantes que se impõe ao conjunto da sociedade”, colocando o extremo rural “como o polo atrasado”, que “sob a influência avassaladora do polo urbano”, tenderia à redução. A outra vertente considera o rural-urbano como uma relação que aproxima e integra de fato os dois pólos. Sob esta perspectiva, a hipótese da autora é que mesmo com as semelhanças entre os dois extremos e a continuidade entre ambos, as relações que estabelecem “não destroem as particularidades dos dois pólos e, por conseguinte, não representam o fim do rural; o *continuum* se desenha entre um polo urbano e um polo rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações” (2001, p. 33).

debates sobre a relação entre campo e cidade e a viabilidade da pequena produção agrícola unem-se e encontram sua síntese no trabalho.

Se a síntese é o trabalho, qual o ponto de partida para compreendermos sua configuração na atualidade? Lefebvre (2008b) afirma que “a industrialização caracteriza a sociedade moderna”, por isso ela é o “ponto de partida da reflexão sobre nossa época” (p. 11). Conforme Santos (1994), a industrialização não pode ser compreendida apenas “como criação de atividades industriais nos lugares”, mas no seu sentido mais amplo, “como processo social complexo” que engloba a expansão do consumo, a constituição de mercados amplos, as ações para integrá-lo, impulsionando as relações (p. 27).

Se, contudo, a indústria é a produção própria da sociedade capitalista, não é das cidades, uma vez que a indústria não permanece submetida ao lugar, embora dependa dele, conforme Lefebvre (2008a; 2008b):

Sabe-se que inicialmente a indústria se implanta – como se diz – próxima às fontes de energia (carvão, água), das matérias-primas (metais, têxteis), das reservas de mão-de-obra. Se ela se aproxima das cidades, é para aproximar-se dos capitais e dos capitalistas, dos mercados e de uma abundante mão-de-obra, mantida a baixo preço. Logo, ela pode se implantar em qualquer lugar, mas cedo ou tarde alcança as cidades pré-existentes, ou constitui cidades novas, deixando-as em seguida, se para a empresa industrial há algum interesse nesse afastamento (LEFEBVRE, 2008a, p. 23).

Assim, as mudanças no processo de trabalho e a reconfiguração do espaço, na forma social capitalista, são possíveis pelo desenvolvimento das forças produtivas de acordo com os interesses do capital. A partir do desenvolvimento da indústria e do ápice do desenvolvimento da divisão do trabalho, em intelectual e manual, é que o capital criou o antagonismo entre cidade e campo. A cidade configurou-se pela “concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades”, e o campo evidenciou exatamente o oposto: “o isolamento e a separação” (MARX e ENGELS, 1989, p. 78).

Conforme Kautsky (1998), o capitalismo se desenvolve, de maneira geral, primeiro na indústria e nas cidades e, somente depois, alcança a agricultura. No século XIX, com a indústria moderna consolidada, “os métodos rotineiros e irracionais da agricultura” puderam ser “substituídos pela aplicação consciente, tecnológica da ciência”, permitindo ao capital romper com os “laços primitivos” que uniam a agricultura e a manufatura (MARX, 1989, p. 577-578). A modernização da agricultura européia foi favorecida pela experiência e concretizações da indústria moderna, especificamente pela implantação da maquinaria, pela especialização e maior divisão do trabalho e pelo desenvolvimento de algumas ciências como a química, as fisiologias animal e vegetal e a engenharia (KAUTSKY, 1998). A chegada da

industrialização à agricultura já apontava, conforme Marx (1989), para o momento histórico em que a oposição entre campo e cidade seria desfeita, pois já estavam criadas as “condições materiais para uma síntese nova, superior, para a união da agricultura e da indústria, na base das estruturas que desenvolveram em mútua oposição” (p. 578).

Para Santos (1994), o momento histórico em que estamos é aquele no qual “a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência, de técnicas e de informação” (p. 35). Ariovaldo de Oliveira (1994), nessa perspectiva, comprehende a organização do trabalho na atualidade como um “processo avançado de cooperação”, diferente da época de consolidação do capitalismo, em que a separação do campo e da cidade envolvia “trabalhadores individuais, camponeses, artesãos, aqueles que com o trabalho da família quase tudo produzia”. Conforme o autor, a produção de qualquer produto na atualidade não pode mais prescindir do trabalho coletivo, daí a integração entre agricultura e indústria e a eliminação da separação entre campo e cidade (p. 54).

Martins, ao fazer a apresentação do livro de Lefebvre (2008a, p. 9), menciona que já não é mais possível pensar em termos de cidade e campo, é outro processo, mais amplo e dialético. Ao considerar a urbanização completa da sociedade, denominada de sociedade urbana, nascida da sociedade industrial, Lefebvre não está identificando o fim do rural, mas um fenômeno urbano que corresponde a uma realidade global, total, universal que intervém na produção e nas relações de produção impondo-se à escala mundial.

Santos (1994) também observa que a configuração do território no final da última década do século XX não correspondia mais à mera urbanização da sociedade, e sim a urbanização do território, significando uma “difusão mais ampla no espaço das variáveis e dos nexos modernos” (p. 125).

A crise que o capital tem enfrentado e que se arrasta por algumas décadas tem exigido mais do que a reestruturação do processo produtivo. Nesse sentido, o capital em sua incessante busca pela ampliação do lucro e favorecido pelo avanço das forças produtivas, lança mão da apropriação de todo o espaço. Essa apropriação do espaço representa uma realidade na qual não é mais possível produzir a vida sem se relacionar com o capital.

Atualmente, o caráter social (global) do trabalho produtivo, isto é, das forças produtivas, transparece na produção social do espaço. Há poucos anos não se podia imaginar outra “produção” que não fosse a de um objeto, localizado, aqui ou ali, no espaço: um objeto usual, uma máquina, um livro, um quadro. Hoje, o espaço inteiro entra na produção como produto através da compra, da venda, da troca de parcelas do espaço (LEFEBVRE, 2008a, p. 140).

Não se trata, no entanto, do espaço enquanto terra, solo, mas do espaço social, produzido com esse objetivo. Esse espaço deixou de ser “a soma dos lugares onde a mais valia se forma, se realiza e se distribui” e se tornou, ele mesmo, “produto do trabalho social”, ou, ainda, “último objeto de troca”, um “objeto muito geral da produção e, por conseguinte, da formação da mais-valia”. Essa produção do espaço não se configura em uma novidade, pois “os grupos dominantes sempre produziram este ou aquele espaço particular, o das cidades antigas, o dos campos. O novo é a produção global e total do espaço social”. Inserir o espaço na produção da mais-valia visando à reorganização da produção, “subordinada aos centros de informação e decisão”, é uma estratégia do capital (LEFEBVRE, 2008a, p. 140-141).

Para Santos (1994) a produção da mais-valia em nível mundial é responsável, direta ou indiretamente, pela forma como os eventos se dão sobre os diversos territórios, lançando mão de uma simultaneidade distinta das anteriores que não se refere mais a do tempo físico, e sim a do tempo social. “Mas o tempo que está em todos os lugares é o tempo da metrópole, que transmite a todo o território o tempo do Estado e o tempo das multinacionais e das grandes empresas” (p. 91). Dessa forma, “mercado e território são sinônimos. Um não se entende sem o outro” (p. 89), unem-se e respondem pela concentração da economia, constituindo as empresas oligopolistas, que tendem a integrar mais ainda o mercado e o próprio território, dominando a tecnologia e o Estado. Essas empresas constituem-se nas:

Únicas empresas capazes de utilizar plenamente as novas condições infra-estruturais e supra-estruturais, na totalidade do território, cujo equipamento moderno lhes permite dispor de vantagem comparativa fundamental. A eficácia das grandes empresas vem de sua presença em lugares estratégicos do espaço total, pontos escolhidos por elas mesmas, dos quais exerce sua ação sobre outros pontos ou zonas, diretamente ou por intermédio de outras firmas. A ação espacial das corporações não necessita da continuidade espacial (isto é, de recorte propriamente geográfico), mas da continuidade temporal (SANTOS, 1994, p. 114-115).

O agronegócio no campo brasileiro

O agronegócio, enquanto estratégia do capital para o campo (DELGADO, 2005, p. 66), expressa suas características na atualidade, sobretudo sua capacidade de integração de sujeitos, de cadeias produtivas e setores da economia e do território.

Conforme apontam Cavalcante e Fernandes (2008), o agronegócio se organiza de forma ampla, estabelecendo contratos que integram as empresas e as indústrias que atuam em toda a cadeia produtiva e em diversos setores, com os produtores agrícolas, independente de seu tamanho. Estes últimos podem ser pequenos, constituindo os sistemas de integração com

empresas menores, mas também podem ser médios e grandes produtores que se relacionam com as empresas de porte maior. Essas grandes empresas são as fornecedoras de insumos e controladoras dos preços e dos mercados, além de se articularem com mais facilidade com os bancos fornecedores de crédito. Assim, a agricultura do agronegócio apresenta uma condição em que tanto os velhos latifúndios quanto os pequenos produtores dele devem participar. A definição de Ariovaldo de Oliveira (2007) sintetiza bem tanto a integração de sujeitos quanto a cadeia produtiva.

O agronegócio nada mais é do que um marco conceitual que delimita os sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e biomassa, operando desde o melhoramento genético até o produto final, no qual todos os agentes que se propõem a produzir matérias-primas agropecuárias devem fatalmente se inserir, sejam eles pequenos ou grandes produtores, agricultores familiares ou patronais, fazendeiros ou assentados (p. 148-149).

Também o agronegócio abarca e manipula um complexo de sistemas, alcançando diversos setores da economia, ainda que trabalhando com poucas commodities (FERNANDES, 2007) e, a partir dessas integrações, consegue expandir-se para todo o território.

Mas o agronegócio não constitui nenhuma novidade na agricultura brasileira. Expressa tão somente a continuidade do projeto de desenvolvimento capitalista para o campo brasileiro, apoiado pelo Estado numa relação de dependência com o capital internacional.

Fernandes (2007) e Ariovaldo de Oliveira (2007) esclarecem que o conceito de *agrobusiness*, de onde se originará o termo agronegócio, foi formulado em 1957 nos Estados Unidos, significando “um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado, capital e trabalho”, acrescentando depois um novo elemento, a “produção de tecnologias para atender a todos os sistemas” (FERNANDES, 2007, p. 89). Nesse sentido, para Fernandes (2007), “desde o princípio do capitalismo em suas diferentes fases esse modelo de desenvolvimento econômico passou por modificações, ampliações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem” e, portanto, o agronegócio é tão somente o “novo nome do modelo de desenvolvimento econômico desse conjunto de sistemas” (p. 89), modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista. Na mesma perspectiva de análise, Ariovaldo de Oliveira (2007) afirma que “o agronegócio nada mais é do que a reprodução do passado” (p. 149).

Para Fernandes (2007), ainda, a adoção do conceito agronegócio expressa uma ideologia que objetiva mascarar o caráter concentrador e explorador da agricultura capitalista no Brasil, associando ao nome à produção, à riqueza e às novas tecnologias (p. 90).

O conceito de agronegócio é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país. Latifúndio está associado com terra que não produz, que pode ser utilizada para reforma agrária (FERNANDES, 2007, p. 90).

A crise da estagnação da economia que o Brasil viveu na década de 1980, com o fim do milagre econômico, em que o projeto de desenvolvimento e modernização do país se fez mediante considerável elevação da dívida externa, levou o país a uma política repleta de sucessivas operações de ajuste à macroeconomia, caracterizada por “restrições de ordem externa e interna”, expressas por “alto endividamento público” e “dependência externa” (DELGADO, 2005, p. 61-62). Delgado mostra que no contexto dessa crise, a “agricultura, tanto o setor agrícola quanto as cadeias agroindustriais conexas, teve um papel decisivo na geração de saldos de comércio exterior, essenciais para suprir as necessidades de financiamento do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos” (p. 62). Esse processo constituiria, segundo o autor, o agronegócio no século XXI.

Mas isso também não é novidade. Nas décadas de 1950 e 1960, o capitalismo nos países centrais passou por uma crise de superprodução, com redução de suas taxas de lucro, levando ao esgotamento tanto do ciclo de crescimento econômico quanto do desenvolvimento social desses países. Isso significou, para o Brasil, considerando a divisão internacional do trabalho, a abertura definitiva para o capital estrangeiro através da implantação de complexos industriais inteiros, beneficiados por incentivos governamentais, justificado pelo projeto desenvolvimentista do Brasil das décadas de 1950 e 1960 (ROMANELLI, 2006). Também o Golpe Militar que deu origem ao milagre econômico e ampliou vertiginosamente a dívida externa, não se deu apenas em função das questões internas do Brasil, mas das necessidades de expansão da economia capitalista internacional, sobretudo dos Estados Unidos, em função de sua crise e do consequente questionamento ao modo de produção capitalista diante do fracasso dos Estados de Bem-Estar Social. Dessa forma, o Estado brasileiro foi:

Reorientado conforme uma redefinição da vinculação centro-periferia de acordo com o capitalismo internacional, que significa maior integração dos países periféricos no mercado mundial e um reforço de sua situação na periferia desse mercado. É nesse sentido que se coloca a modernização como expressão, tanto de integração centro-periferia quanto de dominação em âmbito interno-externo. (ROMANELLI, 2006, p. 195).

O agronegócio dá seqüência a esse projeto de modernização da agricultura brasileira, projeto de desenvolvimento capitalista para o campo brasileiro, expressão do capital na

atualidade, subordinado ao capital internacional, com apoio do Estado. Este é o projeto prioritário, e não os projetos para o desenvolvimento rural na perspectiva da agricultura familiar e dos assentamentos rurais de reforma agrária.

Conclusões

A busca por rendas extras, o trânsito entre campo e cidade e as migrações evidenciam a dificuldade do pequeno agricultor viver apenas da própria propriedade rural. Dessa forma, para eles as fronteiras diminuem numa busca incessante por trabalho. Para o capital as fronteiras diminuem na busca incessante pela valorização de capital. É a contradição capital e trabalho que persiste.

Da mesma forma o dualismo – oposições entre campo e cidade, agricultor familiar e camponês, ou mesmo produção agroecológica e convencional, quer Revolução Verde ou agronegócio – mostra-se insuficiente para que se apreenda na atualidade como tem se dado a produção da existência dos pequenos agricultores no campo brasileiro, tornando-se premente sua articulação a uma análise capaz de ampliar para a totalidade social.

Essa análise é fundamental ao se pensar a educação do campo sob uma perspectiva emancipatória, devendo resultar em estratégias e ações que propiciem melhores condições de vida aos agricultores, sem, contudo, deixar de apontar para os limites impostos pela forma social capitalista, bem como sua superação.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Rio de Janeiro: [s. n.], 2000. 29 p. (Texto para Discussão n° 702, IPEA).

CAVALCANTE, M.; FERNANDES, B. M. Territorialização do agronegócio e concentração fundiária. *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 11, n.13, p.16-25, jul/dez. 2008.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: Luciana Jaccoud (org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO M. E. B.; WHITACKER, A. M. (org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FERNANDES, B. M. Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. *ABRA*, [s. l.], v. 34, n. 2, p. 41-55, jul/dez. 2007.

GERMER, C. M. O sentido histórico da reforma agrária como processo de redistribuição da terra e da riqueza. *ABRA*, [s. l.], v. 34, n. 2, p. 41-55, jul/dez. 2007.

GERMER, C. M. A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola. *ABRA*, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 47-62, jan/abril. 2002.

GERMER, C. M. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1994.

GRAZIANO DA SILVA, J.; GROSSI, M. E. Del. *O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98*. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/pesquisa/NEA/pesquisas/rurbano>. Acesso em 8 de outubro de 2010.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf.

KAUTSKY, K. A evolução da agricultura na sociedade capitalista. In: KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008a.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2008b.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. *Terra Livre*, São Paulo, ano 18, n.19, p. 95-112, jul/dez. 2002.

MARX, K. A chamada acumulação primitiva. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, v. 2.

MARX, K. A maquinaria e a indústria moderna. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, S. Prefácio. In: LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

OLIVEIRA, A. U. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, A. U. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1994.

OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ROMANELLI, O. O. História da Educação no Brasil (1930-1973). 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias*. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2003.

VEIGA, J. E. et al. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: [s. n.], 2001. 82 p. (Texto para discussão n° 1, MDA/CNDRS/NEAD).

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. (org.). *Uma nueva ruralidad em América Latina?* Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2001.